



UMA ANÁLISE A RESPEITO DAS CONEXÕES ENTRE A INGLATERRA E O REINO FRANCO NO ALTO MEDIEVO A PARTIR DO *QUEENSHIP*

AN ANALYSIS OF THE CONNECTIONS BETWEEN ENGLAND AND THE KINGDOM OF FRANCIA IN EARLY MIDDLE AGES BASED ON QUEENSHIP

ISABELA ALBUQUERQUE

Universidade de Pernambuco (UPE)

RESUMO

Os estudos sobre rainhas, apesar dos avanços nas duas últimas décadas, ainda são escassos no Brasil, o que se reforça quando se trata de pesquisas que abarcam o período alto medieval. O objetivo deste artigo consiste em discutir e analisar a circulação e conexões entre as princesas do Reino Franco e da Inglaterra, entre os séculos VI-X. Para tanto, abordaremos a partir de fontes narrativas de ambas as regiões delimitadas nesta pesquisa exemplos de princesas oriundas da *Francia* que migraram para a Inglaterra e princesas inglesas cujo destino foram a Germânia Imperial e a porção *Occidentalis*. Dessa forma, será abordada de que maneira essas princesas, as quais futuramente desempenharam seu papel como rainhas, após enviadas para essas novas cortes, foram representadas nessa documentação e como suas ações foram descritas pelos cronistas.

PALAVRAS-CHAVE: QUEENSHIP; ALTO MEDIEVO; INGLATERRA; REINO FRANCO.

ABSTRACT

The studies on queens, despite advances in the last two decades, are still scarce in Brazil, which is reinforced when it comes to research covering the Early Medieval period. The objective of this article is to discuss and analyse the circulation and connections between the princesses of the Frankish Kingdom and England, between 6th and 10th centuries. Therefore, it will be approached, from narrative sources from both regions delimited in this research, examples of princesses from Francia who migrated to England and English princesses whose destination was Imperial Germania and the *Occidentalis* portion. In this way, it will be analysed how these princesses, who later played their role as queens, after being sent to these new courts, were represented in these documentary sources and how their actions were described by the chroniclers.

KEYWORDS: QUEENSHIP; EARLY MEDIEVAL PERIOD; ENGLAND; KINGDOM OF FRANCIA.

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, o campo de estudos de *queenship* começou a ser desenvolvido durante os anos 80, quando trabalhos e pesquisas sobre essas personagens passaram a ganhar mais destaque. No entanto, os/as pesquisadores/as do período ainda não consideravam as rainhas dignas de um estudo sério a seu respeito, permanecendo restrito a pesquisas biográficas e dedicadas a um público feminino, normalmente de fora da academia, como uma proposta de anedotas e curiosidades a respeito de suas vidas.¹ Os relatos biográficos a respeito dessas personagens femininas, fruto também dos poucos estudos acadêmicos sobre as rainhas a partir de uma perspectiva política, propulsionaram para que as mesmas pudessem ser pensadas em sua relação também como entes políticos.

Queenship é utilizado, portanto, pensando as rainhas em relação ao político, ou seja, refletindo que seu poder se ligava ao domínio “oficial” do rei, a fim de melhor delimitar qual era a extensão do seu papel e de sua autoridade como tal e como esse ofício toma formas de expressão nas fontes medievais. Embora os autores no medievo tivessem escrito mais a respeito da reputação e das ações das rainhas do que propriamente sobre seus ofícios, se é possível traçar uma espécie de modelo do que é *queenship* e porque os comportamentos dessas rainhas foram catalogados,² tal ideia apenas corrobora que os papéis de gênero de feminino - e conseqüentemente a partir do contraponto masculino - foram performatizados discursivamente.

No caso específico das rainhas como objeto de estudo, até os anos de 1980, a escrita da história nas próprias fontes cronísticas referentes ao período medieval aparece frequentemente como vinculada à genealogia dos reis, o que auxilia na compreensão do reforço de uma perspectiva androcêntrica a respeito das sociedades do Ocidente Medieval, parte do recorte geográfico deste artigo.

A Inglaterra do alto medievo de forma alguma foi uma região isolada do restante do continente europeu. O objeto trazido à discussão neste artigo é justamente a circulação dessas princesas fora de seus respectivos ambientes nativos, já nas cortes onde seriam futuramente rainhas. Berta e Judite, são os casos de princesas francas que foram para a Inglaterra, tornando-se rainhas em Kent e em Wessex, respectivamente. Já Edite e Edgiva, ambas meia-irmãs de Etelstano, deixaram as ilhas do arquipélago

¹ EARENIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. New York & London: Palgrave Macmillan, 2013. p. 2.

² PARSONS, John Carmi. “Queens and Empresses: The West”. In: SCHAUS, Margaret. *Women and Gender in Medieval Europe*. New York & London: Routledge, 2006. p. 683-691. p. 683

do Atlântico Norte em direção ao continente, onde seriam imperatriz na recém-criada dinastia dos otônidas e rainha dos francos ocidentais.

De que maneira aparecem elas representadas nas fontes dos respectivos reinos para onde foram direcionadas? De que forma sua origem, o exercício de sua autoridade régia e os papéis que desempenharam são descritos pelos cronistas da época? Seriam elas apenas instrumentos dos integrantes masculinos de suas famílias de origem na forja de alianças valiosas?

Analisaremos neste artigo as principais diferenças entre as princesas francas que se tornaram rainhas inglesas e as princesas inglesas que foram transformadas em rainhas na Germânia Imperial e na *Francia Occidentalis*, embora nosso objetivo seja focar mais no caso inglês do que estabelecer uma comparação.

A partir da leitura crítica, atenta e contextualizada das fontes documentais, empregaremos em nossa metodologia de análise os pressupostos do historiador alemão Jürgen Kocka, o qual aponta o quanto esse exercício comparativo, que tem por objetivo discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente, tem por finalidade alcançar determinados objetivos intelectuais.³ No caso específico deste artigo, ao iluminarmos rainhas de origem franca na Inglaterra e princesas inglesas no contexto franco, compreendemo-nas enquanto objeto de estudo, resgatando seus movimentos até as regiões em que futuramente atuarão, as motivações utilizadas por suas famílias ao firmarem acordos de casamento e os movimentos que elas realizaram uma vez monarcas.

PRINCESAS E RAINHAS DO ALTO MEDIEVO: DADOS DE UM PERCURSO HISTÓRICO

Conforme mencionamos, ao longo do medievo, os/as autores/as destinaram suas penas a escreverem mais a respeito da reputação e das ações das rainhas do que propriamente do seu ofício régio. Outrossim, torna-se difícil estabelecer um modelo a respeito delas e, quando isso é feito, é porque apenas foi possível a partir de uma espécie de catalogação de seus comportamentos.⁴ A adoção de práticas para impedir que mulheres reais participassem de disputas envolvendo o trono demonstra o quanto elas estavam envolvidas nelas, em contextos familiares e em tomadas de decisões políticas.

³ KOCKA, Jürgen. “Para além da comparação”. In: Revista Esboços, Florianópolis, v. 21, n. 31, ago. 2014. p. 279-286. p. 279.

⁴ PARSONS, John Carmi. “Queens and Empresses: The West”. In: SCHAUS, Margaret. *Women and Gender in Medieval Europe*. New York & London: Routledge, 2006. p. 683-691. p. 683.

As esposas do rei naturalmente gerem o palácio, seu *staff* e suas fontes, eram próximas de oficiais régios e frequentemente trabalhavam junto deles, o que auxiliava a forjar relacionamentos valiosos.⁵

No alto medievo, há um número expressivo de rainhas mencionadas em anais e crônicas, sobretudo no reino franco. Durante o período merovíngio, por exemplo, Batilda, esposa de Clóvis II (m. 657) foi regente de seu filho, Clotário II. Clotilde, em contrapartida, envolveu-se em diversas querelas políticas dentro e fora da corte, o que a levou a ter que escolher quais dos seus netos - filhos do seu filho traidor - deveriam morrer e quais virariam monges.⁶

Com relação aos estudos medievais em geral e no caso da Inglaterra do alto medievo em específico, é deveras impreciso abordar cerca de seis séculos de história e falar a respeito de uma mulher - ou de mulheres - inglesas. A diversidade de agentes femininos era imensa e abarcava desde mulheres aristocratas privilegiadas, rainhas e regentes, religiosas que exerceram sua autoridade como dirigentes de abadias e monastérios a mulheres cativas, mães, solteiras, escritoras, tecelãs, poetas e escribas.⁷

À exceção da obra editada por Christine E. Fell, Cecily Clark e Elizabeth Williams *Women in Anglo-Saxon England*, de 1987, não há grandes compêndios sobre história das mulheres na Inglaterra anglo-saxônica. Outras contribuições no campo foram feitas após a obra, por Helen Bennett (1989), Clare Lees (1997), Katherine O'Brien O'Keefe (1999) e Mary Dockray-Miller (2008). Mais uma inclusão a essa lista seria Pauline Stafford, professora emérita da Universidade de Liverpool e, atualmente, professora visitante na Universidade de Leeds, cujos títulos mais recentes que dialogam com estudos de gênero com história das mulheres são *Gender, Family and the Legitimation of Power: England from the Ninth to Early Twelfth Century*. Variorum Collected Studies Series. Ashgate, Aldershot, 2006; *Queen Emma and Queen Edith: queenship and women's power in eleventh-century England*. Oxford and Cambridge (MA): Blackwell Publishers, 1997, para além de uma série de outros artigos e capítulos de livros.

A maior dificuldade, talvez, em se trabalhar com a história das mulheres no período da Inglaterra alto-medieval reside no acesso às fontes, em função da escassez - e em alguns casos até mesmo da ausência - a respeito das mulheres, sobretudo no contexto dos recém-organizados reinos

⁵ PARSONS, John Carmi. "Queens and Empresses: The West". In: SCHAUS, Margaret. *Women and Gender in Medieval Europe*. New York & London: Routledge, 2006. p. 683-691. p. 685.

⁶ NELSON, Judith. "Queens as Jezebels: The Careers of Brunhild and Balthild in Merovingian History". In: *Studies in Church History Subsidia*, Volume 1, 1978, p. 31-77. p. 37.

⁷ SCHECK, Helene and BLANTON, Virginia. "Women". In: STODNICK, Jacqueline and TRILLING, Renée R. *A Handbook of Anglo-Saxon Studies*. Chichester: Blackwell Publishing. 2012. p. 265-279. p. 265.

anglo-saxões. É perceptível que as narrativas a respeito do período das migrações (*Adventus Saxonum*) mencionem apenas homens. Entretanto, de acordo com relatos arqueológicos, na região de Kent, onde um dos mais proeminentes reinos dos séculos VI-VII encontrava-se, uma série de túmulos de mulheres, as quais portavam uma quantidade considerável de joias - possivelmente uma influência dos vizinhos francos do outro lado da Mancha.⁸

Aparentemente, as mulheres na Inglaterra anglo-saxônica estavam em pé de igualdade aos seus maridos e irmãos mais do que em qualquer outro período pré-moderno, fato só foi encerrado com a entrada de uma sociedade na Inglaterra altamente militarizada, após a conquista Normanda.⁹ Contudo, essa afirmativa precisa ser avaliada com muitas ressalvas.

Embora realmente não seja fortuito enquanto pesquisadoras direcionar nossos esforços em buscar se existiam teorias sexistas dos pais da Igreja com o objetivo de inferiorizar a figura feminina ou o quão frequentemente elas foram compiladas, devemos focar nossos olhares para como se deu sua aplicação dentro da sociedade na prática, em contextos laicos e religiosos.¹⁰ Contudo, a sociedade inglesa anglo-saxônica era marcadamente androcêntrica e não podemos perder isso de vista em nossa análise. A fim de melhor analisarmos as princesas do Reino Franco que foram para a ilha e vice-versa, dividiremos nossa análise em três categorias: 1) casamento; 2) maternidade e estabelecimento de uma linhagem; 3) exercício do poder político.

CASAMENTO

Muitos casamentos de mulheres inglesas nesse período, particularmente entre a aristocracia, eram acordos políticos, com objetivo de forjar novas alianças ou consolidar aquelas já existentes.¹¹ Essas negociações eram articuladas junto aos integrantes masculinos, pais, tios ou irmãos, por exemplo, da família da moça que, quando jovem, seu poder de intervenção era muito pequeno, para não dizer nulo quanto às escolhas que concernem a esse acordo. Apenas como viúva uma mulher teria maior liberdade para opinar - e ter sua voz ouvida e levada em conta - quanto a um possível casamento. Nessa leitura pouco profunda, no entanto, as mulheres são identificadas basicamente tendo seus destinos submetidos aos membros masculinos de suas famílias e ao serem identificadas apenas a partir

⁸ LEYSER, Henrietta. *Medieval women: a social history of women in England (450-1500)*. New York: St. Martin 's Press, 1995. p.8.

⁹ STENTON, Doris. *The English Woman in History*. London: Routledge, 1977.

¹⁰ FELL, Christine E. *Women in Anglo-Saxon England*. Cowley: Basil Blackwell, 1987. p. 13.

¹¹ LEYSER, Henrietta. *Medieval women: a social history of women in England (450-1500)*. New York: St. Martin 's Press, 1995. p. 44-45.

da terminologia de seus supostos "donos", reduzimos seu protagonismo enquanto sujeitos e enquanto engrenagens importantes nessas dinâmicas políticas.

Rainhas não herdavam os reinos de seus pais,¹² mas mudam-se de seus domínios de origem para se casar e viver com monarcas. É dessa forma, portanto, que atingem o status de rainha. As vantagens das conexões que essas mulheres proporcionam via casamento usualmente são analisadas do ponto de vista de seus agenciadores, pais, irmãos e outros integrantes masculinos de suas famílias, os quais compreendem-nas na maioria das vezes como objetos de barganha nas estratégias políticas que almejam para seus reinos. Embora na Inglaterra anglo-saxônica as mulheres aristocratas pudessem manter seus bens e propriedades, elas eram ao mesmo tempo identificadas como um objeto, o qual estava sujeito à subjetividade e à proteção do integrante masculino de sua família.¹³

Na *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, atribuída ao monge northumbriano Beda, Livro I, capítulo 25, há a primeira menção a uma das rainhas da ilha. Berta de Kent (c. 565-m.601), canonizada posteriormente como Santa Berta, era uma princesa de origem franca, filha do rei Cariberto I e Ingoberga. Possivelmente, casou-se com Etelberto, rei de Kent em 580, que, embora, de acordo com o relato de Beda, apenas tenha se convertido ao cristianismo após a chegada da missão cristianizadora de 597 encabeçada por Agostinho à ilha, já conhecia a religião dos cristãos, haja vista que tinha uma esposa cristã da família real dos francos. Ainda de acordo com o relato, Bertha havia trazido junto consigo, seu bispo Liudhardo, e uma das condições de seus pais era de que ela pudesse praticar sua fé e sua religião livremente.¹⁴

O papel de devoção religiosa era comumente atribuído a ser desempenhado pelas rainhas e sua vinculação a modelos bíblicos era comumente reforçada. Apesar de Beda não dedicar muito mais de sua narrativa a respeito de Berta, ao citá-la enquanto cristã, há o apontamento de que ela também foi um vetor relevante na conversão de seu marido.

Num contexto do cristianismo já estabelecido, em meados do século IX, outra princesa do reino dos francos foi para uma corte inglesa. De acordo com MS A da *Crônica Anglo-Saxônica*, em 855, Etelvulfo de Wessex havia feito uma peregrinação até Roma, onde permaneceu por 12 meses até seu retorno à Inglaterra. Nesse ínterim, Carlos, rei dos francos ocidentais, teria dado a ele sua filha

¹² EARENIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. New York & London: Palgrave Macmillan, 2013. p. 13.

¹³ PASTERNAK, Carol Braun. "Negotiating Gender in Anglo-Saxon England". In: FARMER, Sharon, PASTERNAK, Carol Braun. *Gender and Difference in the Middle Ages*. University of Minnesota Press. p. 107-142. p. 117-119.

¹⁴ *Nam et antea fama ad eum Christianae religionis peruenerat, utpote qui et uxorem habebat Christianam de gente Francorum regia, uocabulo Bercta; quam ea condicione a parentibus acceperat, ut ritum fidei ac religionis suae cum episcopo, quem ei adiutorem fidei dederant, nomine Liudhardo, inuolatatum seruare licentiam haberet.*

Judite em casamento.¹⁵ A menção exata no texto, na verdade, é de que o rei dos francos deu a Etelvulfo sua filha para ser rainha (*his dohtor geaf him to cuene*). A informação a respeito das núpcias e de que forma esse acordo entre as casas de Wessex e dos francos ocidentais ocorreu são encontradas apenas nos Anais de St Bertin, na entrada do ano de 856.¹⁶ Nela, são mencionados ainda quem realizou a cerimônia e que um diadema foi colocado em Judite, após a celebração das núpcias.

No movimento inverso de Judite, deixando o espaço insular em direção ao continente, a filha de Alfredo, Elfrida de acordo com a narrativa atribuída ao cronista Etervaldo.

Alfredo enviou sua filha Elfrida para as terras da Germânia, para Balduino, em matrimônio, com a qual teve dois filhos, Aaulfo e Arnulfo, e duas filhas, Elesvita e Eormenfrida.¹⁷

Elfrida (c. 877 – 929) associou-se à casa de Flandres através do seu casamento com Balduino II (879-918). A primeira filha de Alfredo, Etelfleda, foi senhora da Mércia (c.887-918) entre os anos através do seu casamento com *Ealdorman* Etelredo (c.881-911) e governou a região sozinha entre 911-918, após a morte do marido. Em termos de política, o interesse de Alfredo reside mais na ilha do que no continente, haja vista que destina sua primogênita a um aristocrata inglês, não se envolvendo em assuntos da política continental.

Outro caso diaspórico em direção ao continente que se destaca em nossa análise é o Edite, meia-irmã de Etelstano (925-939), que foi negociada em casamento. No livro I de Viduquindo de Corvey, o breve capítulo trinta e sete é dedicado às núpcias de Oto I (936-973) - filho do rei da Germânia Henrique I - com a filha do rei Edmundo¹⁸ e a irmã de Etelstano (*filiam Ethmundi regis Anglorum, sororem Adalstani*). Merece nossa atenção o fato de que o nome de Edite nesse primeiro momento da narrativa não ser mencionado, mas apenas as figuras masculinas às quais ela estaria vinculada.

A referência ao nome de Edite se dá apenas no capítulo quarenta e um do Livro 2, momento da sua morte. Segundo a narrativa, a rainha era muito amada e sua morte foi recebida com

¹⁵ *7 þy ilcan geare ferde to Rome mid micelre weorþnesse 7 þær was .xii. monaþ wuniende 7 þa him hamweard fôr, 7 him þa Carl Francna cýning his dohtor geaf him to cuene, 7 æfter þam to his leodum cuom 7 hie þæs gefægene wærun. 7 ymb .ii. gear þæs ðe he on Francum com he gefôr, 7 his lic liþ æt Wintanceastre, 7 he ricsode nigonteoþe healf gear.*

¹⁶ *In July Æthelwulf king of the western English, on his way back from Rome, was betrothed to King Charles's daughter Judith. On 1 October, in the palace of Verberie, he received her in marriage. After Hincmar, bishop of Rheims, had consecrated her and placed a diadem on her head, Æthelwulf formally conferred on her the title of queen, which was something not customary before then to him or to his people. When the marriage had been sealed by mutual exchange of royal gear and gifts, Æthelwulf sailed with Judith to Britain where his kingdom lay.*

¹⁷ *Misit Ælfthrythe filiam suam ad partes Germaniae Baldwino in matrimonium, et genuit ab ea filios duos Athulfum uiz. et Earnulfum, duas filias quoque Ealhswid et Earmenruth (...) - Chronicon Æthelweard*

¹⁸ Há uma inconsistência nas informações de Viduquindo, pois Edite (Eadgyth) não é filha de Edmundo, mas do finado rei Eduardo, conhecido por, O Velho.

gemidos e lágrimas por todo o por todos/todas saxões (*cum [100] gemitu et lacrimis omnium Saxonum*). A referência a Edite como uma rainha querida não prefigura espanto algum já que, ainda de acordo com a narrativa, ela era tida como distinta por sua piedade e pela sua descendência real de uma família poderosa (*non minus sancta religione quam regali potentia pollentium stirpe claruit*).

Contudo, um dos elementos que mais chama a nossa atenção é o trecho final do capítulo em questão, na qual Viduquindo afirma que por dez anos ela esteve à frente na participação no reino e, no décimo primeiro, morreu (*Decem annorum regni consortia tenuit, XI. obiit*). Chama nossa atenção os vocábulos *consortia*, forma acusativa de *consortium*, e *regni*, forma genitiva de *regnum*, indicam que ela não foi apenas rainha consorte, mas que exerceu um papel atuante junto ao governo, tendo em vista que partilhava o governo com seu marido Oto I.

Infelizmente, as informações sobre Edite são escassas. Contudo, mesmo assim, permite-nos algumas reflexões interessantes a respeito de princesas radicadas em outros reinos. Primeiro, o destaque para a condição de sua família, definida como de origem régia e poderosa. A casa de Wessex, de fato, tornou-se uma das mais antigas na Europa. De acordo com a Crônica Anglo-Saxônica, a linhagem da Casa de Wessex remete-se até Cerdic, ainda no contexto da chegada dos primeiros grupos saxões à ilha, a *Adventus Saxonum*. Logo, a fundação da linhagem de Edite, inicialmente reis de Wessex, passaram a estender seus domínios por boa parte da ilha. Já com seu meio-irmão Etelstano, coroado como rei dos ingleses, sua vitória na Batalha de Brunanburh, quando a coalizão hiberno-nórdica, galesa e escocesa foi derrotada pelas forças de Wessex e Mércia. Tal proeza, coloca o rei inglês numa posição relativamente estável, haja vista que é o que garante a manutenção da casa de Wessex e amplia seu controle na ilha.¹⁹ Uma das razões mais plausíveis de porque Etelstano negociou o casamento de sua irmã Edgiva com Carlos III é a de que havia uma política anti-viking ao longo dos dois lados da Mancha, já que ambos se encontravam sob ataque nórdico naquele período. As políticas de aliança entre a casa de Wessex e os carolíngios não era uma novidade, haja vista os dois casamentos de Judite com monarcas ingleses e o da filha de Alfredo, Etefrida com Balduíno II, filho de Judith e Balduíno de Flandres.²⁰

Edgiva era o nome da filha - assim como o de sua mãe - do rei Eduardo, filho de Alfredo, o qual foi supramencionado, e foi enviada à região da Gália para se casar com o jovem Carlos. Além disso, Edilda foi enviada para casar com Hugo, filho de

¹⁹ FOOT, Sarah. *Aethelstan: The First King of England*. New Haven and London: Yale University Press 2011. p. 172.

²⁰ Orteberg, Veronica. "The King from Overseas": Why Did Aethelstan Matter in Tenth-Century Continental Affairs?. In: Rollason, D. e Leyser, C. *England and the Continent in the Tenth Century*. Brepols, 2011. p. 211-236. p. 218.

Roberto. Etelstano enviou duas [de suas irmãs] para Oto, para que ele escolhesse em casamento a que mais lhe agradasse. A escolhida para o casamento foi Edite (...).²¹

A menção a outra filha de Eduardo é Edilda, enviada para se casar com Hugo de Paris, filho do Duque Roberto. Os carolíngios tiveram que lutar para permanecer à frente do reino ao longo do século X, no entanto, há de se tomar cuidado para não os restringir a um mero prelúdio do período capetiano. A estrutura do reino dos francos ocidentais de fato mudou, os principados adquiriram um grau maior de autonomia e os nobres de diferentes graus consolidaram uma maior independência em suas localidades com relação à autoridade real.²²

É importante salientar que entre os anos de 900-919 não há quaisquer indícios nas fontes de que a posição de Carlos estivesse passando por qualquer questionamento interno. Contudo, na porção oriental, após a morte de Luís em 911, Conrado I foi eleito rei da *Francia Orientalis* pela aristocracia da Saxônia, Turíngia, Bavária e Alemannia, ao passo que a Lotaríngia decidiu voltar-se para Carlos III.²³

Contudo, para Carlos III, tomar como rainha uma princesa de origem inglesa significava não precisar escolher dentre as famílias da Lotaríngia ou da Burgúndia, por exemplo. Logo, por volta de 930, Etelstano tinha algum grau de parentesco com as maiores famílias aristocráticas da *Francia Occidentalis*: ele era o primo de Arnulfo de Flandres, cunhado de Carlos III e tio de Luís IV, cunhado de Hugo de Paris e possivelmente de Conrado da Burgúndia. A partir dessas alianças, ele estava relacionado a pelo menos seis formas diferentes com a família carolíngia. Através dos casamentos de Edite e Edilda, com Oto, futuro rei da Germânia e com Hugo de Paris, o rei inglês conectou-se com ambos os maiores rivais ao poder dos antigos carolíngios, mas que não possuíam qualquer relação de parentesco com eles.²⁴

EXERCÍCIO DO PODER

²¹ *Siquidem Eadgyfu nominata est Eadwerdi regis filia, filii Ælfredi supra scripti regis, quæ et abmatertera tua ipsa in matrimonium Galliarum ad partes minori Karulo mittitur regi. Eadhild etiam in coniugium mittitur Hugoni filio Hrodbyrhti. Alias vero duas Ædestanus rex tali ratione misit ad Oddonem, ut quæ ab eis placuisset sibi in matrimonium elegisset ; cui uisa melior Eadgyde (...)*

²² McKitterick, Rosamond. *The Frankish Kingdoms under the Carolingians 751-987*. 1983. p. 305.

²³ *Op. cit.* p. 307.

²⁴ ORTEBERG, Veronica. "The King from Overseas": Why Did Aethelstan Matter in Tenth-Century Continental Affairs?. In: ROLLASON, D. e LEYSER, C. *England and the Continent in the Tenth Century*. Brepols, 2011. p. 211-236. p. 221.

O campo de estudos sobre *queenship*, ou o ofício da rainha,²⁵ no Brasil, ainda é bastante incipiente. Mesmo em território Europeu e no Reino Unido, comparado com outros objetos, a pesquisa sobre rainhas ainda é escassa. Dentro dos estudos a respeito das sociedades do ocidente medieval, o foco principal das pesquisas tende a incidir sobre o período do tardo-medievo, com enfoque sobretudo nos séculos XIII-XV. Logo, no recorte do alto medievo, as rainhas enquanto um objeto de estudo ainda são bem poucos.

Queenship emergiu, portanto, enquanto um modelo coerente e específico no Ocidente, a partir de noções cristãs de monarquia - o que não significa que, enquanto um fenômeno, a atuação das rainhas não tenha sido algo frequente em outras regiões do globo e em outros períodos da história.²⁶ As imperatrizes bizantinas, por exemplo, foram modelos para as rainhas do Ocidente Medieval.²⁷

Como muito pouco se escreveu a respeito do ofício das rainhas, uma abordagem à luz da longa duração bradeuliana ou até mesmo da história global é importante para fins comparativos, ao observar as rupturas e continuidades, as variáveis e as constâncias nos papéis desempenhados pelas rainhas ao longo do tempo e do espaço, assim como o impacto de diferentes tradições culturais e religiosas.²⁸

Quanto ao *queenship*, o primeiro caso analisado é o de Judite. O trecho da *Rebus Gestis Ælfredi* apresenta algumas informações bastante interessantes a respeito de como funcionava a atuação da rainha na corte de Wessex, Asser afirma que

Contudo, dispondo de autocontrole e sábio conselho (como eu havia dito), para evitar qualquer perigo para o reino, ele não queria que fosse assim [Etelvulfo não queria que isso fosse expulsar seu filho Etelbaldo do reino de Wessex]; e sem nenhuma opinião contrária ou insatisfação da parte dos nobres, ele ordenou que Judite, a filha do rei Carlos [o Calvo], que ele recebeu de seu pai, deveria sentar-se ao lado dele no trono real até o fim de sua vida, embora isso fosse contrário ao errôneo costume daquele povo. Os saxões do oeste não deixavam a rainha sentar-se ao lado do rei, nem deixavam que fosse chamada de "rainha", mas, ao invés disso, "esposa do rei". (*Rebus Gestis Ælfredi*, §13).²⁹

²⁵ Optamos ao longo de nosso trabalho pelo termo no original em inglês em função de os estudos sobre o ofício da rainha serem ainda escassos e até mesmo pouco conhecidos no Brasil.

²⁶ Merece destaque aqui a obra organizada pela historiadora Elena Woodacre, professora da Universidade de Winchester, na qual foram reunidos artigos sobre diversas rainhas no Ocidente medieval, no Oriente, Pacífico. Para maiores informações, consultar Woodacre. Elena (ed.). **A Companion to Global Queenship**. Leeds: Arc Humanities Press, 2018.

²⁷EARENFIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. New York & London: Palgrave Macmillan, 2013. p. 12.

²⁸ EARENFIGHT, Theresa. "Medieval queenship". In: *History Compass*, 2016. p. 1-9. p. 5.

²⁹ *Sed ille, ut diximus, nimia clementia et prudenti consilio usus, ne ad regni periculum perveniret, ita fieri noluit; et Iuthitham, Karoli regis filiam, quam a patre sua acceperat, iuxta se in regali solio [suo,] sine aliqua suorum nobilium controversia et odio, usque ad obitum vitae sua, contra perversam illius gentis consuetudinem, sedere imperavit. Gens namque Occidentalium Saxonum reginam iuxta regem sedere non patitur, nec etiam reginam appellari, sed regis coniugem permittit.*

Apesar da informação de que as rainhas não eram denominadas como tal, mas apenas por "esposas do rei", ser a única referência a respeito nas fontes do período, de fato, a participação delas em Wessex parece não ter sido tão expressiva como no reino da Mércia, por exemplo. A presença das rainhas dos saxões do oeste nos *charters*, seja participando da emissão dos mesmos junto aos reis ou como aparição nas listas de testemunhas foi bastante inexpressiva quando comparada com as rainhas mércias.

Ao evidenciar a posição em segundo plano que as rainhas costumavam ocupar em Wessex, Asser reafirma a condição régia de Judite, sobretudo pelo vínculo familiar que ela agregava à casa dos saxões do oeste, reforçava o vínculo de Alfredo, através do seu pai Etevulfo, com a casa do finado Carlos Magno, destacando a proeminência de Wessex na região. Logo, diferentemente de outras rainhas anglo-saxônicas Judite *merecia* estar naquele lugar, ao lado do rei, no trono, em função de sua descendência.

O rei Eduardo, além de pai dos futuros reis Etelstano, Edmundo e Eadredo, teve também filhas. Das quais há registros, apenas uma Eadburh passou a maior parte de sua vida como freira, o destino de todas as outras foi o de casamentos com casas dinásticas expressivas no continente. Edgiva casou-se com Carlos, o Simples, rei dos francos ocidentais, ao passo que, Edilda, passou a ser duquesa dos francos, após o matrimônio com Hugo de Paris, enquanto Edite, foi negociada em casamento com Oto I, futuro imperador da Germânia. A respeito da morte de Edite, o cronista saxão Viduquindo de Corvey escreveu

Este ano [946] merece destaque por conta de uma terrível calamidade para todo o povo, a morte da Rainha Edite, cujo último dia foi celebrado em vinte e seis de janeiro com gemidos e lágrimas de todos os saxões. Ela era inglesa por nascimento e se distinguia não apenas por sua piedade mas também pela sua descendência real de uma família poderosa. **Ela esteve à frente na participação do reino por dez anos** e morreu no décimo primeiro.³⁰

É interessante observar que, para além da afirmação de que a rainha Edite era uma pessoa querida entre os saxões - a ponto de fazer com que derramassem suas lágrimas - o último período chama nossa atenção pelas palavras escolhidas pelo cronista, ao especificar que ela dividia o reino com Oto I (*regni consortia tenuit*). Logo, pelas palavras escolhidas por Viduquindo, Edite não apenas reinava ou estava ao lado dele, mas, de fato, dividia o reino com ele, exercendo possivelmente,

³⁰ *Ille annus notabilis casu calamitoso totius populi, de morte scilicet beatae memoriae Edidis reginae († 946), cuius dies extrema VII. Kalend. Februar. celebrata est cum [100] gemitu et lacrimis omnium Saxonum. Haec nata ex gente Anglorum non minus sancta religione quam regali potentia pollutum stirpem claruit. Decem annorum regni consortia tenuit, XI. obiit; - Res gestae Saxonicae - Livro II, capítulo 41.*

funções específicas que lhes eram atribuídas como rainha, mas que determinavam seu papel como parte integrante dessa engrenagem.

Partindo da compreensão de que o poder não representa apenas uma perspectiva vertical e patriarcal - como se emanasse “dos céus para o rei” - os estudos sobre *queenship* lançam luz a identificar que o monarca não era o único governante, mas que a família era o alicerce da monarquia³¹. Logo, tanto as rainhas quanto os reis desempenharam papéis importantes no que concerne às formas de governar e administrar o reino. A historiadora americana reforça seu argumento nesse sentido ao considerar que, quando as rainhas que superaram costumes e tradições patriarcais ou a elas era permitido exercer poder e autoridade, era quase sempre porque era necessário para perpetuar uma dinastia.

A forma como essa autoridade poderia ser exercida por Edite, contudo, não é especificada pelo cronista. Mas, de acordo com os papéis desempenhados por outras rainhas no período medieval no geral e entre os otônidas em específico, podemos especular quais seriam elas.

De acordo com Marcelo Cândido, é uma tarefa complicada tentar delimitar as esferas pública e privada no período medieval, conduzindo, muitas vezes, ao anacronismo.³² Costumeiramente, a tendência é atribuir às rainhas o papel dentro da esfera privada, enquanto o rei atuava mais na esfera pública. Contudo, para as rainhas, o vínculo pessoal e político está intimamente enlaçado³³ e se deve tomar cuidado com as imprecisões para que as mesmas não nos direcionem a interpretações tendenciosas a respeito da atuação feminina, no sentido de seu poder ser identificado como inferior, particular ou secundário.

Quanto a Edgiva, infelizmente, os Anais de Flodoardo a mencionam de forma também esparsa e pouco conectada ao restante da narrativa. Contudo, podemos deduzir que ela desempenhou um papel importante

No ano de 922, Carlos III foi capturado pelos aristocratas francos liderados por Roberto I, em função de disputas em função do favorecimento e da aproximação do com a aristocracia lotaríngia, sobretudo com Hagano, com quem supostamente compartilhava uma relação de parentesco por parte de sua mãe.³⁴ De acordo com as datas fornecidas por Flodoardo, quando capturado, Eadgifu já havia

³¹ EARENIGHT, Theresa. “Medieval queenship”. In: *History Compass*, 2016. p. 1-9.

³² CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. “‘Público’ e ‘Privado’ nos textos jurídicos francos”. *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 26, 2010, p. 29-48.

³³ WOODACRE, Ellie. *Queens and Queenship*. Leeds: Arc Humanities Press, 2021. p. 5.

³⁴ MCKITTERICK, Rosamond. *The Frankish Kingdoms under the Carolingians 751-987*. London and New York: Longman, 1983. p. 308.

dados a luz ao filho Luís, fazendo com que ambos buscassem refúgio em Wessex, cujo reino era ocupado por Edward. Após a morte do pai de Eadgifu e ascensão de Etelstano como monarca, Luís permaneceu na Inglaterra, fato que lhe levou ao epíteto de Luís, *d'outre mer*. No momento em que chega à Inglaterra, o futuro Luís IV era um bebê de não mais do que três anos, retornando à *Francia* apenas em 936, graças ao auxílio de Hugo de Paris, seu tio, através do casamento com Edilda, irmã de sua mãe.

O silêncio de Flodoardo a respeito de quem cuida, monitora e cria Luís é gritante. O protagonismo masculino dentro dos estudos históricos, entretanto, levou a um questionamento, a partir da década de sessenta: onde estão as mulheres na história? É imperativo que se escreva tal história, pois isso significa levá-las a sério e ultrapassar o árduo problema de que "Não se sabe sobre as mulheres, porque não há relatos nas fontes".³⁵ Tal assertiva, apesar de parcialmente verdadeira, leva-nos a uma atitude corajosa de transpormos as barreiras dessa suposta escassez de fontes a respeito das mulheres, haja vista que, elas estão presentes nos documentos, mas, tendo em vista o caráter misógino e tipicamente masculino, elas aparecem por vezes silenciadas, cabendo a nós no presente, portanto, sermos responsáveis por identificarmos, traduzirmos e servirmos de porta vozes para esses sujeitos.

No entanto, Edgiva “ressurge” - miraculosamente - após anos sem sequer sua figura ser mencionada pelo cronista franco, no ano de 937, após Luís IV livrar-se da tutela de Hugo e chamar sua mãe para fixar residência com ele em Laon. A pergunta de onde esteve Edgiva por esses anos permanece, embora não tenhamos uma resposta satisfatória se ela o acompanhou ao continente quando ele retornou da Inglaterra ou permaneceu na ilha por mais tempo. Contudo, o fato de ele ter solicitado sua presença junto a ele, demonstra que ela ainda era, ao menos, uma figura querida, se não essencial para articulação junto ao seu novo governo.

Um exemplo explícito disso, é como muitas vezes o poder da rainha está associado ao que chamamos de *soft power*, algo mais informal que o poder do rei, uma atuação que estaria mais nos bastidores do que debaixo de holofotes. Entretanto, numa sociedade em que os espaços público e privado parecem se misturar, nosso olhar contemporâneo, sem levar em conta as dinâmicas presentes nas sociedades do ocidente medieval, podem induzir-nos a pensar essa atuação como algo de menor importância e relevância, o que não é necessariamente verdade.

³⁵PERROT, Michelle. "Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência". In: *cadernos pagu* (4) 1995: pp. 9-28. p. 9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos descartar que essas princesas e rainhas eram também sujeitos e não funcionam como meros joguetes nas mãos de seus pais e irmãos, passivas, à mercê de seus pares masculinos. Inicialmente como princesas em suas famílias de origem, ainda muito jovens, seu poder de negociação e atuação junto à corte e ao monarca era limitado. Contudo, tão logo ascenderam a uma condição régia passaram a se envolver também nas dinâmicas de poder dos reinos que as acolheram, observando, aprendendo e executando estratégias que serviam como motor daquelas engrenagens. As princesas estrangeiras que chegaram à Inglaterra e as de origem insular que foram para o reino dos francos auxiliaram-nos a compreender de que formas as alianças entre as casas dinásticas organizavam-se.

No caso das duas princesas francas que foram para a Inglaterra, a chegada de Berta e Judite visam, senão integrar, ao menos conectar a Inglaterra com outros reinos do outro lado da Mancha. Ao destacarmos Berta e Judite, observamos que dois pontos sobressaíram quanto a esses acordos: o fato de se tratar de uma princesa cristã num contexto ainda de não conversão e a linhagem, respectivamente. No caso de Berta, uma princesa franca cristã que auxiliou na articulação e presença de uma missão cristianizadora no reino de Kent, reforçando a narrativa de rainhas enquanto modelos a serem seguidos dentro da fé cristã, sobretudo quando a questão em pauta é a conversão do rei Etelberto.

Já quanto a Judite, de acordo com a *Rebus gestis*, seu caráter régio se sobressai e rompe com antigas tradições quanto à nomenclatura das esposas dos reis e o papel que deveriam desempenhar junto a eles, já que Etevulfo propõe que ela se sentasse ao seu lado no trono, numa nítida expressão de que também fazia parte de seu governo, dividindo-o com ele. Afinal, a própria expressão que a Crônica Anglo-Saxônica alude é a de que ele buscava uma rainha (*cuen*) e, em se tratando da filha do rei da *Fancia Occidentalis*, não se esperava que ela exercesse uma função diferente dessa.

Contudo, é interessante ressaltar que, normalmente, as futuras rainhas dos reinos anglo-saxônicos eram oriundas da própria ilha e que Berta e Judite configuram exceções frente a esse processo, já que os monarcas ingleses tendiam a priorizar as relações com a aristocracia insular,

sobretudo a partir da presença de grupos escandinavos em seu território, quando tecer alianças dentro do próprio reino configurava-se como uma forma de deter esse avanço nórdico.

Quanto às princesas inglesas cujo destino foram os reinos dos francos, as razões para tal aparentam ser mais diversas. Um indício é que a filha mais velha de Alfredo, Etelfleda, casou-se com Etelredo, senhor da Mércia, e Etelgiva entrou para a vida religiosa como abadessa da abadia de Shaftesbury. Apenas sua terceira filha, Elfrida, foi para Flandres, o que demonstra que as relações com a região não eram centrais na política alfrediana.

Com a influência de Wessex assegurada na Mércia, Eduardo não se preocupou em casar sua primogênita Edgiva com um *Ealdorman*, mas consolidou uma aliança com o rei dos francos ocidentais. Já no período de Etelstano (924-939), tendo em vista que este não se casou ou teve filhos, sua preocupação foi em enviar a maioria de suas irmãs para fora das ilhas. Possivelmente, casá-las com aristocratas da região representaria potenciais rivalidades locais e a casa de Wessex, ao mesmo tempo que destiná-las à *Francia Occidentalis* e à Germânia, reforçaria laços com o antigo reino dos francos em caso de novos ataques escandinavos em suas respectivas costas. Apenas uma irmã de Etelstano foi destinada em casamento, com o rei viking de York, de acordo com o MS D da *Crônica Anglo-Saxônica*. Seu nome, no entanto, sequer é mencionado na narrativa em questão.

Edite, de acordo com a narrativa de Viduquindo de Corvey, pareceu integrar-se à lógica da dinastia recém-formada, no que denominavam *Weibersystem*, numa espécie de confiança que os imperadores mantinham em suas esposas e outras integrantes de suas famílias em auxiliar o rei/imperador na sua função de governar³⁶. O mesmo ocorreu com Edgiva, ao ingressar na família dos carolíngios, e com Edilda, ao se associar através do casamento com uma das casas mais ricas do norte da *Francia*.

Referências

Fontes impressas

³⁶Jestice, Phyllis G. **Imperial Ladies of the Ottonian Dynasty**. Women and Rule in Tenth Century Germany. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2018. Cap. 1, Introduction. (Edição ebook).

Bachrach, B.S. and Bachrach, D. (ed.). **Widukind of Corvey. Deeds of the Saxons**. Washington: Catholic University of America Press, 2014.

Fanning, S. and Bachrach, B.S. **The annals of Flodoard of Reims, 894-966**. North York: Toronto University Press, 2004.

Campbell, A. (ed.). **The Chronicle of Æthelweard**. London: Thomas Nelson and Sons Ltd, 1962. Edição bilíngue latim-inglês.

Keynes, Simon and Lapidge, Michael (trad.). **Alfred the Great**. Asser's Life of King Alfred and other contemporary sources. London: Penguin Books, 2004.

Stevenson, William Henry (ed.). **Asser's Life of King Alfred together with the Annals of Saint Neots - erroneously ascribed to Asser**. Oxford: Clarendon Press, 1904.

Swanton, M.J. (Ed.) **The Anglo-Saxon Chronicles**. London: Phoenix Press, 2000.

Fontes eletrônicas

The Anglo-Saxon Chronicle. Versão em inglês antigo. Capturado em [XML Edition of the Anglo-Saxon Chronicle \(jebbo.co.uk\)](http://jebbo.co.uk/XML_Edition_of_the_Anglo-Saxon_Chronicle)

Beda. *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*. Capturado em <https://www.thelatinlibrary.com/bede.html>

Widukind de Corvey. *Rerum gestarum Saxonicarum libri tres*. Capturado em https://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost10/Widukind/wid_sax0.html

Bibliografia

ARAUJO, VCD. Æthelings & Liudolfings: Uma análise das relações entre a Inglaterra anglo-saxônica e a Germânia otônida. In: *Brathair* 12 (2), 2012: 17-30.

BANTON, Virginia and Scheck, Helene. "Women". In: Stodinick, Jaqueline and Trilling, Renée. *A Handbook of Anglo-Saxon Studies*. Chichester: Blackwell Publishing, 2012. p. 265-280.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo, subversão e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. 'Público' e 'Privado' nos textos jurídicos francos. *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 26, pp. 29-48, 2010.

COSER, Miriam. “Jurisdições das rainhas medievais portuguesas: uma análise de queenship”. In: *Tempo*, Niterói Vol. 26 n. 1 Jan./Abr. 2020. p. 231-247

DUMVILLE, David N. “Kings, Currency and Alliances: History of Coinage of Southern England”. Woodbridge: The Boydell Press, 1998. p. 1-45.

DUGGAN, Anne (ed.). *Queens and Queenship in Medieval Europe : Proceedings of a Conference Held At King's College London*, 1995. Woodbridge: The Boydell Press, 1997.

EARENIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. New York & London: Palgrave Macmillan, 2013.

EARENIGHT, Theresa. Medieval queenship. In: *History Compass*, 2016. p. 1-9.

ERLER, Mary and KOWALESKI, Maryanne (ed.). *Women and Power in the Middle Ages*. Athens and London: The University of Georgia Press, 1988.

FARMER, Sharon A. *Gender and Difference In the Middle Ages*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

FELL, Christine E. *Women in Anglo-Saxon England*. Cowley: Basil Blackwell, 1987.

FÖßEL, Amalie. The Political Traditions of Female Rulership in Medieval Europe. In: BENNET, Judith and KARRAS, Ruth (Ed.). *The Oxford Handbook of Women and Gender in Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FOOT, Sarah. *Aethelstan: The First King of England*. New Haven and London: Yale University Press 2011.

JESTICE, Phyllis G. *Imperial Ladies of the Ottonian Dynasty*. Women and Rule in Tenth Century Germany. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2018.

KOCKA, Jürgen. “Para além da comparação”. In: *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, ago. 2014. p. 279-286.

LEYSER, Henrietta. *Medieval women: a social history of women in England (450-1500)*. New York: St. Martin 's Press, 1995.

MCKITTERICK, Rosamond. *The Frankish Kingdoms under the Carolingians 751-987*. London and New York: Longman, 1983.

MOLINEAUX, George. *The Formation of the English Kingdom in the Tenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

NELSON, Judith. "Queens as Jezebels: The Careers of Brunhild and Balthild in Merovingian History". In: *Studies in Church History Subsidia*, Volume 1, 1978, p. 31-77.

ORTEBERG, Veronica. "The King from Overseas' ': Why Did Aethelstan Matter in Tenth-Century Continental Affairs?. In: ROLLASON, D. e LEYSER, C. *England and the Continent in the Tenth Century*. Brepols, 2011. p. 211-236.

PARSONS, John Carmi. "Queens and Empresses: The West". In: SCHAUS, Margaret. *Women and Gender in Medieval Europe*. New York & London: Routledge, 2006. p. 683-691.

PASTERNAK, Carol Braun. Negotiating Gender in Anglo-Saxon England. In: FARMER, Sharon, PASTERNAK, Carol Braun. *Gender and Difference in the Middle Ages*. University of Minnesota Press. p. 107-142.

PERROT, Michelle. "Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência". In: *cadernos pagu* (4) 1995: pp. 9-28.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.

SCHECK, Helene and BLANTON, Virginia. "Women". In: STODNICK, Jacqueline and TRILLING, Renée R. *A Handbook of Anglo-Saxon Studies*. Chichester: Blackwell Publishing. 2012. p. 265-279.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, 1990. p. 5-22,

SILVA, Daniele de Oliveira dos Santos. *Estas Senhoras Rainhas: Trajetórias de Poder na Realeza Medieval Portuguesa (Séculos XII ao XV) – Um Estudo De Queenship*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História. Tese, 2018. 126p.

SIMMER, Letícia Saldanha. *Queenship e os cerimoniais reais em ordines e crônicas: as coroações de Eleanor de Aquitânia e Marguerite de França (França e Inglaterra, século XII)*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação. 2019. 109p.

SMITH, Julie Ann. *Queen-making and queenship in Early Medieval England and Francia*. PhD: Department of History of the University of York, 1993.

STENTON, Doris. *The English Woman in History*. London: Routledge, 1977.

WILLIAMS, Ann. *Kingship and Government in pre-Conquest England (500-1066)*. London: Macmillan Press LTD., 1999.

WOODACRE, Ellie (ed.). *A Companion to Global Queenship*. Leeds: Arc Humanities Press, 2018.

_____. *Queens and Queenship*. Leeds: Arc Humanities Press, 2021.

YORKE, Barbara. *Kings and Kingdoms of Early Anglo-Saxon England*. Taylor&Francis e-Library, 2003